

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2018
AQUISIÇÃO DE REAGENTES ANALÍTICOS E EXCIPIENTES

PROCESSO ADMINISTRATIVO: E-08/005/000207/2016**PAM: 0044/2017****PROPOSTA DE PREÇOS (PESQUISA DE MERCADO) Nº 04589/2017****1 - INTRODUÇÃO**

1.1 - O INSTITUTO VITAL BRAZIL (Centro de Pesquisas, Produtos Químicos e Biológicos), ora denominado **ÓRGÃO LICITANTE**, inscrita no CNPJ sob o nº 30.064.034/0001/00, com sede na Rua Maestro José Botelho, 64 - Vital Brazil - Niterói - RJ - CEP: 24.230-410, torna público que, devidamente autorizada pelo Diretor Presidente, ora denominado Autoridade Competente, na forma do disposto no processo administrativo nº **E-08/005/000207/2016**, que no dia, hora e local indicados no item 3 deste Edital, será realizada licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**, que será regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelos Decretos Estaduais nº 31.863 e 31.864, ambos de 16 de setembro de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Estadual nº 3.149, de 28 de abril de 1980, e respectivas alterações, Decreto Estadual nº 42.063 de 06 de outubro de 2009, Decreto Estadual nº 33.925, de 18 de setembro de 2003, Decreto Estadual nº 42.091, de 27 de outubro de 2009, Decreto Estadual nº 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, Decreto Estadual nº 41.203, de 03 de março de 2008, Resolução SEPLAG nº 429, de 11 de janeiro de 2011, e demais Resoluções editadas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

1.2 - A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, no dia e hora indicados no item 3 deste Edital e conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio de sua equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe.

1.3 - As retificações deste Edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes e deverão ser publicadas em todos os veículos em que se deu a publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.4 - O Edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, e no portal do **ÓRGÃO LICITANTE**, na página www.vitalbrazil.rj.gov.br, opção: “Licitações” podendo, alternativamente, ser adquirido mediante a apresentação de um CD, das 09h às 12h e das 13h às 16h, junto a **INSTITUTO VITAL BRAZIL**, Rua Maestro José Botelho, 64 - Vital Brazil - Niterói, na Sala da Comissão de Licitação.

1.5 - Os interessados poderão solicitar esclarecimentos acerca do objeto deste Edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos em até 02 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, por escrito, no seguinte endereço: Rua Maestro José Botelho, 64 - Vital Brazil - Niterói - RJ, das 09h às 12h e das 13h às 16h, ou ainda, através dos telefones (21) 2711-9236 e (21) 2711-9223, ramal 172, ou e-mail licitacao.vitalbrazil@gmail.com.

1.5.1 - Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo Setor responsável pela elaboração do Edital, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 24 (vinte e quatro horas), antes do encerramento do prazo de acolhimento de propostas.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

1.6 - Os interessados poderão formular impugnações ao presente Edital em até 02 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, no seguinte endereço: Rua Maestro José Botelho, 64 - Vital Brazil - Niterói - RJ, das 09h00min as 12h00min e das 13h00min as 16h00min, ou ainda, através dos telefones (21) 2711-9236 e (21) 2711-9223, ramal 172, ou e-mail licitacao.vitalbrazil@gmail.com.

1.6.1 - Caberá ao Diretor Presidente decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro horas).

1.7 - Tanto a resposta às impugnações quanto aos pedidos de esclarecimento serão divulgados mediante nota no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, localizado pelo número da licitação no portal, na parte relacionada a futuras licitações, assim como na página eletrônica do **ÓRGÃO LICITANTE**, www.vitalbrazil.rj.gov.br, opção: “Licitações” ficando as empresas interessadas obrigadas a acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

2 - DO OBJETO

2.1 - O objeto do presente Pregão Eletrônico é **aquisição de reagentes analíticos e excipientes**, conforme especificação detalhada no Termo de Referência e Cronograma de Entrega (**Anexo I**).

2.2 - As entregas deverão ser realizadas de acordo com o cronograma previsto no Termo de Referência (Anexo I), no prazo de até **15 dias consecutivos**, a contar da retirada da Nota de Empenho, que deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a sua emissão.

2.2.1 - Cabe ao licitante consultar com antecedência os seus fornecedores quanto aos prazos de entrega do objeto da aquisição, visando a sua adequada execução.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

2.2.2 - Não será admitida justificativa de atraso no fornecimento dos produtos adquiridos que tenha como fundamento o não cumprimento da sua entrega pelos fornecedores do licitante.

2.3 - O material deverá estar coberto por garantia total sobre quaisquer defeitos de fabricação.

2.4 - Caso haja alguma divergência entre o descrito no código do SIGA e o Termo de Referência, considerar-se-á o descrito no Termo de Referência.

3 - DA ABERTURA

3.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, dirigida pelo Pregoeiro designado, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital, conforme indicado abaixo:

EVENTO	DATA	HORA
Início do acolhimento das propostas	03/04/2018	09 h
Término do acolhimento das propostas	16/04/2018	08 h
Abertura da sessão do Pregão Eletrônico	16/04/2018	09 h
Endereço Eletrônico	www.compras.rj.gov.br	
Número da Licitação no Portal	PE 08/2018	

3.2 - Ocorrendo Ponto Facultativo, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização deste evento nas datas acima marcadas, a licitação ficará automaticamente adiada para o mesmo horário do primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

4 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 - Os recursos necessários à realização das despesas do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

NATUREZA DA DESPESA: 3390**FONTE: 100; 230****PROGRAMA DE TRABALHO: 10.122.0002.2016; 10.303.0160.2917; 10.573.0160.8319; 10.122.0002.2923; 10.303.0160.8345; 10.303.0160.2924.****5 - TIPO DE LICITAÇÃO**

5.1 - O presente Pregão Eletrônico reger-se-á pelo tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**

6 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 - Poderão participar deste pregão eletrônico as pessoas físicas ou jurídicas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado, registradas ou não no Cadastro de Fornecedores, mantido pela SEPLAG.

6.2 - Não serão admitidas na licitação as empresas punidas, no âmbito da Administração Pública, com as sanções prescritas no art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como nos incisos III e IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93.

6.2.1 - O licitante deverá declarar, junto ao sistema eletrônico, que não lhe foram aplicadas penalidades de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar pela Administração Direta ou Indireta e declaração de inidoneidade para licitar e contratar por

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal, cujos efeitos ainda vigorem.

6.3 - Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

6.3.1 - Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

6.4 - Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.

6.5 - O licitante que se enquadrar como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, no momento de inserção de sua proposta, junto ao sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º.

6.5.1 - Em caso de não atendimento do contido no subitem 6.5, deixará de ser concedido ao licitante o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado regulamentado por meio do Decreto Estadual nº 42.063/2009.

7 – CREDENCIAMENTO

7.1 - Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico os licitantes devidamente credenciados junto ao SIGA, devendo o credenciamento ser realizado no prazo de até 03 (três) dias úteis da data de abertura da sessão, conforme previsto no artigo 5º, parágrafo 2º do Decreto nº 31.864/02.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

7.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de código para acesso ao SIGA.

7.2.1 - O licitante obterá o código de acesso ao SIGA junto ao endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, clicando na área de Registro de Fornecedor que se encontra na parte do meio do portal e seguindo as orientações de preenchimento. O Portal contém um manual orientando o preenchimento.

7.2.1.1 - O licitante deverá preencher algumas telas, digitando informações tais como: pessoas que irão operar o SIGA, Classes dos itens de Materiais e Serviços que comercializa e informação de todos os sócios e representantes legais do licitante. Após essa digitação, o licitante deverá baixar, em local indicado no Portal, um arquivo contendo o respectivo Termo de Responsabilidade o qual deverá imprimir e assinar. Este Termo de Responsabilidade deverá ser enviado pelo licitante, juntamente com a documentação requerida, para a SEPLAG - Secretaria de Planejamento e Gestão, no endereço informado no portal.

7.2.1.2 - Após o recebimento da documentação, a SEPLAG, através do SIGA, enviará para o e-mail informado pelo próprio licitante, a chave de identificação e a senha pessoal e intransferível para acesso às funcionalidades do SIGA.

7.3 - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à SEPLAG ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

7.4 - A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente à SEPLAG, para imediato bloqueio de acesso.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

7.5 - O credenciamento do licitante junto ao SIGA implica na presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao Pregão Eletrônico.

8 - DA CONEXÃO COM O SISTEMA E DO ENVIO DAS PROPOSTAS

8.1 - Observado o disposto nos itens 6 e 7 deste Edital, a participação neste Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da conexão do licitante ao SIGA, pela digitação de sua senha privativa e subsequente encaminhamento da Proposta de Preços, exclusivamente por meio do SIGA, no período compreendido entre a data de início e de término do acolhimento das propostas, conforme subitem 3.1 deste Edital.

8.1.1 - Para o encaminhamento da proposta de preços, no período estabelecido no subitem 3.1 deste edital, o sistema eletrônico estará disponível permanentemente, 24 (vinte e quatro) horas por dia. Para todas as atividades em que seja exigida a interatividade entre o licitante e o Pregoeiro, o sistema eletrônico ficará disponível de segunda a sexta-feira, no horário das 08h às 18h, exceto feriados.

8.2 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no SIGA, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.3 - Caberá ao licitante acompanhar as operações no SIGA durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.3.1 - No momento de abertura da sessão pública, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, constante do **Anexo V**, que deverá ser apresentada no momento indicado pelo subitem 15.3.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

8.4 - O licitante deverá declarar em campo próprio, no momento do envio de sua Proposta de Preços, junto ao SIGA que:

a) Cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu artigo 3º, na forma do artigo 2º do Decreto Estadual nº 42.063, de 06 de outubro de 2009;

b) Cumpre os requisitos de habilitação previstos neste Edital;

c) A proposta está de acordo com as exigências previstas neste Edital e que a mesma foi elaborada de forma independente, conforme instituído pelo Decreto Estadual nº 43.150, de 24 de agosto de 2011.

d) não lhe foram aplicadas penalidades de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar pela Administração Estadual Direta ou Indireta e declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, cujos efeitos ainda vigorem.

8.5 - Em caso de não atendimento do contido no subitem 8.4, o licitante será desclassificado do certame.

9 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1 - A Proposta de Preços deverá ser elaborada e enviada exclusivamente por meio do SIGA, em campo específico, a ser integralmente preenchido.

9.1.1 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

9.1.2 - O formulário de Proposta de Preços, em sua forma impressa **Anexo II**, somente será utilizado pelo licitante vencedor com vistas à readequação de sua oferta final.

9.1.3 - Os documentos anexados durante a inserção da Proposta de Preços (*folders*, prospectos, declarações, etc.) não poderão estar identificados, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite e viabilize a identificação do licitante.

9.1.4 - As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas uma marca, um modelo e um preço para cada material (is) constante (s) do objeto desta licitação.

9.1.5 - O licitante deverá lançar no sistema eletrônico unicamente o VALOR GLOBAL do item, relativo ao somatório do valor unitário de cada item.

9.2 - A Proposta de Preços será feita em moeda nacional e englobará todas as despesas relativas ao objeto do Contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, salvo expressa previsão legal. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

9.3 - Caso o licitante se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar declaração de que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, na forma do **Anexo X** do Edital.

9.4 - O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/2016, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação, demonstrada a dedução no corpo da Proposta de Preços - **Anexo II**.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

9.5 - Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital, aquelas com preço excessivo e as que tiverem preço manifestamente inexequível.

9.6 - A Proposta de Preços deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

9.7 - Os licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão, conforme disposto no item 3.

9.7.1 - Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 90 (noventa) dias, e caso persista o interesse do **ÓRGÃO LICITANTE**, poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

10 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1 - A partir do horário previsto no subitem 3.1 deste Edital, terá início a sessão de abertura do Pregão Eletrônico, ficando os licitantes no aguardo do término da análise da conformidade das propostas e início da disputa de preços, quando poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do SIGA, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

10.1.1 - O sistema ficará disponível para a disputa de lances de segunda a sexta-feira, no horário de 09h às 18h, após esse período, será bloqueado para tal finalidade.

10.2 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado, as suas regras de aceitação e o limite de horário de funcionamento do sistema.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

10.3 - Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado pelo próprio licitante e registrado no sistema. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.4 - Durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante detentor do lance.

10.5 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o SIGA permanecerá acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

10.6 - Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de aviso inserido em campo próprio do SIGA (chat mensagem), divulgando, com antecedência mínima de 01 (uma) hora, data e hora para a reabertura da sessão.

10.7 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo SIGA, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.7.1 - Em caso de erro material, ao licitante será concedida a possibilidade de enviar solicitação de cancelamento do seu lance durante a realização da etapa de lances da sessão pública, que poderá ser aceita ou não pelo Pregoeiro. Todavia, durante o transcurso do período randômico de disputa não será possível o encaminhamento de solicitação de cancelamento de lances.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

10.7.2 - Após a finalização do período randômico será aberta pelo Pregoeiro a etapa de classificação. Nesta ocasião o licitante poderá solicitar, mediante prévia justificativa, o cancelamento do seu último lance ofertado durante o período randômico, o que pode ser aceito ou não pelo Pregoeiro. Caso seja aceito, o licitante permanecerá na disputa com o penúltimo lance.

10.7.3 - O período randômico de disputa somente poderá ser iniciado até às 17h20min, tendo em vista que, às 18h00min, o sistema será bloqueado automaticamente para envio de lances e continuidade da disputa.

10.8 - Caso não sejam apresentados lances, verificar-se-á a aceitabilidade da Proposta de Preços de menor valor, considerando-se o valor estimado para a contratação e o disposto no subitem 9.4.

11 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1 - O julgamento obedecerá ao critério especificado no item 5.

11.1.1 - No momento da apresentação da proposta vencedora, considerando o valor do preço total de cada item, a mesma deverá ser apresentada com, no máximo, 02 (duas) casas após a vírgula.

11.1.2 - As ofertas dos licitantes não poderão ultrapassar o limite dos preços unitários de cada item, conforme apurados pelo **ÓRGÃO LICITANTE**, sob pena de desclassificação da Proposta de Preços.

11.2 - O SIGA informará o licitante detentor da Proposta de Preços ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, cabendo

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

decisão, pelo Pregoeiro, acerca da aceitação do menor lance ofertado e, ainda, negociação visando a sua redução.

11.3 - Havendo empate no momento do julgamento das propostas de preços será assegurada às microempresas e empresas de pequeno porte a preferência na contratação, caso a proposta de menor preço tenha sido apresentada por empresa que não detenha tal condição.

11.3.1 - Para efeito da verificação da existência de empate, no caso das microempresas ou das empresas de pequeno porte, serão consideradas as propostas por estas apresentadas iguais ou superiores em até 5% àquela mais bem classificada.

11.3.2 - Havendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela vencedora do certame no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão.

b) caso a microempresa ou empresa de pequeno porte, que se apresente neste caso, abdique desse direito ou não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese, para o exercício de igual direito.

c) na situação de empate na forma antes prevista, inexistindo oferta de lances e existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema identificará aquela que primeiro inseriu sua proposta, de modo a possibilitar que essa usufrua da prerrogativa de apresentar oferta inferior à melhor classificada.

11.3.3 - Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ser contratada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

11.3.4 - O empate entre dois ou mais licitantes somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre as Propostas de Preços e quando não houver lances para definir o desempate. Neste caso o desempate ocorrerá consoante o critério estabelecido pelo § 2º, do artigo 3º, da Lei nº 8.666/93 e se este prevalecer deverá ser realizado, em seguida, um sorteio, em sessão pública a ser designada, para a qual todos os licitantes serão convocados.

11.4 - Se a Proposta de Preços ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

11.4.1 - Ocorrendo a situação a que se refere o subitem 10.8 e/ou subitem 11.3 deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante melhor classificado para que seja obtido melhor preço.

11.5 - O sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br.

11.6 - A critério do Pregoeiro, poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das Propostas de Preços.

12 - DA HABILITAÇÃO

12.1 - Regas Gerais

12.1.1 - Efetuados os procedimentos previstos no item 11 deste Edital, o licitante detentor da proposta ou do lance de menor valor deverá encaminhar para o Instituto Vital Brazil, via protocolo, no seguinte endereço: Rua Maestro José Botelho, 64 - Vital Brazil - Niterói - RJ -

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

CEP: 24.230-410, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública, os originais ou cópias autenticadas, na forma do artigo 32, e seus parágrafos, da Lei federal nº 8.666/93, da seguinte documentação:

a) Declaração de que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem, na forma do **Anexo VI**.

b) a documentação de habilitação prevista nos subitens 12.2 a 12.7;

c) a Proposta de Preços relativa ao valor arrematado, inclusive, se for o caso, detalhando a planilha de custos, observando o disposto no subitem 11.1.1.

12.1.2 - O Certificado de Registro Cadastral do Estado - CRC, mantido pela Subsecretaria de Recursos Logísticos - SUBLO, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG poderá ser apresentado em substituição aos documentos elencados nos subitens 12.2.1, 12.3.1, 12.4.1 e 12.6.

12.1.2.1 - Os licitantes cadastrados deverão, ainda, apresentar os documentos de qualificação técnica previstos no subitem 12.5.1

12.1.2.2 - Os licitantes não cadastrados deverão apresentar os documentos de habilitação indicados nos subitens 12.2 a 12.7.

12.1.3 - Uma vez recebidos os documentos, o Pregoeiro consultará o Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA, e o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, do Portal Transparência, da Controladoria Geral da União.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

12.1.3.1 - Caso o licitante conste em qualquer um dos Cadastros mencionados no subitem 12.1.3 com o registro de penalidade que impeça a sua participação em licitação ainda em vigor, não poderá prosseguir no certame, cabendo ao Pregoeiro declarar tal condição.

12.2 - Habilitação Jurídica

12.2.1 - Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- a) Cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;
- b) Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, deverá mencionar, no contrato social, por força do artigo 997, inciso VI, da mesma lei, as pessoas naturais incumbidas da administração;

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

g) Ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembleia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

12.3 - Regularidade Fiscal e Trabalhista

12.3.1 - Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante com a apresentação das seguintes Certidões:

c.1) **Fazenda Federal:** Apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito Negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” e “d”, do parágrafo único, do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 1991;

c.2) **Fazenda Estadual:** Apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, ou, se for o caso, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de Inscrição Estadual;

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

c.2.1) Caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, para fins de participação em licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de Inscrição Estadual.

c.3) **Fazenda Municipal:** apresentação de Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;

d) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, segundo o disposto no art. 642-A, §2º, da CLT.

12.3.2 - Não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, uma vez que se trata de licitação exclusiva para as pessoas indicadas no item 1.2, mesmo com restrição, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para efeito da assinatura do contrato, caso se sagre vencedora da licitação, na forma do art. 43 da LC nº 123/06.

12.3.2.1 - Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

12.3.2.2 - O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da Administração.

12.3.2.3 - A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93.

12.4 - Qualificação Econômico-Financeira

12.4.1 - Deverão ser apresentadas as Certidões Negativas de Falências e Recuperação Judicial, expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as Certidões deverão vir acompanhadas de Declaração Oficial da Autoridade Judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir Certidões Negativas de Falências e Recuperação Judicial, ou de Execução Patrimonial.

12.4.1.1 - As Certidões comprobatórias do atendimento ao disposto na alínea *b*, quando emitidas no Município do Rio de Janeiro, serão as dos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios do Registro de Distribuição.

12.5 - Qualificação Técnica

12.5.1 - Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverá ser apresentado Atestado (s) de capacidade técnica, emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado nas entidades profissionais competentes, quando for o caso, que

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

comprove aptidão pertinente e compatível em **características, quantidades e prazos** com o objeto da licitação, na forma do artigo 30, parágrafo 4º, da Lei Federal nº 8.666/93.

12.5.2 - O (s) Atestado (s) deve (m) conter o nome, função, endereço e telefone de contato (s) do (s) atestador (es), ou qualquer outro meio com o qual o **ÓRGÃO LICITANTE** possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes.

12.6 – Declaração relativa ao Cumprimento do Artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

12.5.6.1 - Os licitantes deverão apresentar Declaração, na forma do **Anexo III**, que não possuem em seus quadros funcionais nenhum menor de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de 16 (dezesesseis) anos, na forma do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

12.7 - Declaração de Inexistência de Penalidade.

12.7.1 - Os licitantes deverão apresentar Declaração de que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem, na forma do **Anexo VI**.

12.8 - Do Prazo de Validade das Certidões

12.8.1 - As Certidões valerão nos prazos que lhe são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

12.9 - Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio Pregoeiro, na hipótese de inexistência de recursos, ou pelo Diretor Presidente na hipótese de sua interposição.

12.10 - Se o licitante desatender às exigências previstas no item 12, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

13 - DAS AMOSTRAS

13.1 – Poderá ser exigida, do primeiro colocado, a apresentação de AMOSTRAS de cada um dos itens arrematados, a ser encaminhada ao Pregoeiro, à Rua Maestro José Botelho, 64 - Vital Brazil - Niterói - RJ, telefones (21) 2711-9236 e (21) 2711-9223, ramal 172. As amostras apresentadas para análise, deverão estar corretamente identificadas com o nome do licitante responsável pelo envio.

13.1.2 - Os produtos deverão vir acompanhados de laudo analítico-laboratorial do fabricante, bem como entre a data de fabricação e a data de entrega do produto não deverá ter transcorrido mais de 15% (quinze) por cento, do seu prazo de validade; se este limite não for cumprido, o Instituto Vital Brazil, deverá ser consultado previamente e oficialmente para manifestação técnica acerca da viabilidade ou não do recebimento do produto.

13.2 - A apresentação da amostra do produto cotado tem por objetivo a verificação de sua compatibilidade com a especificação do objeto desta licitação, devendo ser atendida no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da sua notificação, que será efetivada por aviso incluso no “chat mensagem” do correspondente item.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

13.3 - A amostra será analisada por representante do **ÓRGÃO LICITANTE**, que emitirá laudo motivado acerca do produto apresentado, podendo, ainda, ser realizados testes em laboratórios especializados ou quaisquer outros procedimentos necessários para a adequada verificação da amostra apresentada.

13.4 - As amostras aprovadas permanecerão em poder da Administração, até a entrega de todo o quantitativo cotado pelo licitante.

13.5 - A proposta do licitante será desclassificada no caso de a amostra ser reprovada, devendo o mesmo ser notificado para ciência do laudo e retirada da amostra. Caso a amostra não seja retirada pelo licitante no prazo de 10 (dez) dias úteis, presumir-se-á seu desinteresse em relação à mesma, que poderá ser descartada ou incorporada ao patrimônio do **ÓRGÃO LICITANTE**.

13.6 - A desclassificação da proposta na forma prevista no subitem anterior acarretará o consequente chamamento do segundo colocado, adotando-se o mesmo procedimento em relação à amostra.

14 - DOS RECURSOS

14.1 - O licitante interessado em interpor recurso deverá manifestar-se, por meio do SIGA, no prazo de 30 (trinta) minutos, após a declaração de vencedor pelo Pregoeiro, expondo os motivos. Será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual período, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo administrativo mediante requerimento dirigido ao Pregoeiro.

14.2 - A falta de manifestação do licitante acarretará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

14.3 - As razões e contrarrazões do recurso poderão, facultativamente, ser enviadas para o e-mail licitacao.vitalbrazil@gmail.com, com posterior envio do original, desde que observado o prazo de 03 (três) dias úteis, contado a partir da declaração de vencedor do certame.

14.4 - A não apresentação das razões acarretará como consequência a análise do recurso apenas pela síntese da manifestação a que se refere o subitem 14.1.

14.5 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.6 - As razões de recursos serão dirigidas ao Diretor Presidente por intermédio do Pregoeiro que, no prazo de 03 (três) dias úteis, reconsiderará ou manterá motivadamente sua decisão, encaminhando o recurso, posteriormente, ao Diretor Presidente, para decisão final.

15 - DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

15.1 - Não sendo interposto recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor, com a posterior homologação do resultado pelo Diretor Presidente. Havendo interposição de recurso, após o julgamento, o Diretor Presidente adjudicará e homologará o procedimento.

15.2 - Uma vez homologado o resultado da licitação pelo Diretor Presidente, o licitante vencedor será convocado, por escrito, com uma antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para retirada da Nota de Empenho e assinatura do Contrato, que deverá ocorrer no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis.

15.3 - O vencedor deverá apresentar a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, constante do **Anexo V**, como condição para assinatura do Contrato, ou para retirada da Nota de Empenho, na hipótese de inexistir o instrumento contratual.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

15.4 Deixando o adjudicatário de assinar o contrato no prazo fixado, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, após a licitação ter retornado a fase de habilitação pela Autoridade Superior, poderá o Pregoeiro examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital.

15.5 - Na hipótese de não atendimento do dispositivo nos subitens 15.3 e 15.4, poderão ser convocados os demais licitantes, observada a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da penalidade a que se refere o artigo 81 da Lei nº 8.666/93, ou das descritas no artigo 7º da Lei nº 10.520/02.

15.6 - Deixando o adjudicatário de retirar a Nota de Empenho no prazo fixado, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, após a licitação ter retornado à fase de habilitação pelo Diretor Presidente, poderá o Pregoeiro examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital.

16 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 - Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado (**Banco Bradesco**), cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a retirada da Nota de Empenho, em conformidade com o Decreto nº 43.181 de 08 de setembro de 2011 (**Anexo VIII**) e a Resolução Conjunta SEFAZ/CASA CIVIL nº 130 de 29 de setembro de 2011 (**Anexo IX**).

16.2 - No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

16.3 - O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento da obrigação.

16.3.1 - Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo (s) agente (s) competente (s).

16.4 - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

16.5 - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao adjudicatário, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IPCA** e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste Edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

16.6 - O pagamento será realizado, em 02 (duas) parcelas, de acordo com o Cronograma de Entrega (constante no Termo de Referência – **Anexo I**), após a entrega dos materiais e da sua aceitação. Considera-se o prazo para pagamento de cada parcela aquele informado no subitem 16.3.

16.7 - O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 09 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no parágrafo 1º, alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, do artigo 2º da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

17 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

17.1 - A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá (ão) ser graduada (s) de acordo com a gravidade da infração:

a) Advertência;

b) Multa administrativa;

c) Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública.

d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

17.2 - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

17.2.1 - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

17.3 - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do **ÓRGÃO LICITANTE**.

17.3.1 - A advertência e a multa, previstas nas alíneas *a* e *b*, do subitem 17.1, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do artigo 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

17.3.2 - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea *c*, do subitem 17.1, será imposta pelo próprio

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado de Saúde.

17.3.3 - A aplicação da sanção prevista na alínea *d*, do item 17.1, é de competência exclusiva do Secretário de Estado de Saúde.

17.4 - A multa administrativa, prevista na alínea *b*, do item 17.1:

a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87, do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

17.5 - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea *c*, do item 17.1:

a) Não poderá ser aplicada em prazo superior a 02 (dois) anos;

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

b) Sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

c) será aplicada, pelo prazo de 01 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento.

17.6 - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea *d*, do item 17.1, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

17.6.1 - A reabilitação poderá ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

17.7 - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do artigo 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo **CONTRATANTE** ou da aplicação das sanções administrativas.

17.8 - Se o valor das multas previstas na alínea *b*, do item 17.1, e no item 17.4, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

17.9 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

17.10 - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

17.10.1 - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

17.10.2 - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

17.10.2.1 - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas “a”, “b” e “c”, do item 17.1, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea “d”, do item 17.1.

17.10.3 - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

17.11 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato dentro do prazo estipulado pelo **ÓRGÃO LICITANTE**, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas.

17.12 - As penalidades previstas no item 17.1 também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

17.12.1 - Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

17.13 - As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo **ÓRGÃO LICITANTE** no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

17.13.1 - Após o registro mencionado no subitem acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas *c* e *d* do item 17.1, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

17.14 - O licitante que, convocado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Estado do Rio de Janeiro, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspenso pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital, Contrato e das demais cominações legais.

18 - DA EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO E DA SUA ACEITAÇÃO

18.1 - O objeto da contratação deverá ser executado fielmente, de acordo com este instrumento convocatório, com o Termo de Referência e prazo de entrega, assim como a legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

18.2 - A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada pelos funcionários: IVONETE GONCALVES DA CUNHA BASTOS DE SOUZA, matrícula 26971 e MARIA SELMA LINS DE ALBUQUERQUE, matrícula nº 71290.

18.3 - O objeto da contratação será recebido, na seguinte forma:

a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e da quantidade do material, no prazo de até 05 (cinco) dias após o recebimento provisório.

18.4 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto da contratação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.

18.5 - O servidor/comissão a que se refere o subitem 18.2, sob pena de responsabilidade administrativa, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à entrega do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato ao Diretor Presidente, em 10 (dez) dias, para ratificação.

18.6 - Salvo se houver exigência a ser cumprida, o processamento da aceitação provisória e/ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo do **ÓRGÃO LICITANTE**.

18.7 - Em caso de eventual inexecução total ou parcial do objeto, a Comissão não efetuará o recebimento do objeto e fará constar do parecer circunstanciado as pendências verificadas,

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

assinalando prazo para a futura contratada cumprir integralmente o objeto, o que, desde logo, caracteriza mora da prestação.

18.7.1 - O prazo para a execução do objeto será de, no máximo, 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do relatório circunstanciado acima referido.

18.8 - A futura contratada ficará obrigada a trocar, às suas expensas, os materiais que vierem a ser recusados, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação.

18.9 - Caso, eventualmente, seja necessária a prorrogação do prazo de entrega do material, o respectivo requerimento só será apreciado caso esteja devidamente fundamentado e tenha sido protocolado antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.

18.10 - O licitante vencedor, ao participar da licitação, anui com todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

18.11 - A instituição e a atuação da fiscalização da aquisição objeto do Contrato não exclui ou atenua a responsabilidade do futuro contratado, nem o exime de manter fiscalização própria.

19 - DO PRAZO

19.1 - O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, desde que posterior à data de publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial, valendo a data da publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

20 - GARANTIA

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

20.1 - Exigir-se-á do licitante vencedor, no momento da assinatura do Contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer das modalidades de que trata o §1º, do artigo 56, da Lei Federal nº 8.666/93, da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

20.2 - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

20.3 - Caso o valor do Contrato seja alterado, de acordo com o artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

20.4 - Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

20.5 - O levantamento da garantia contratual por parte da **CONTRATADA**, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

21 - DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 - É facultada ao Pregoeiro ou ao Diretor Presidente, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

21.2 - A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, observado o princípio da prévia e ampla defesa.

21.3 - O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no artigo 65, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/93, até a data prevista para a entrega dos bens.

21.4 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do término.

21.5 - Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis caso apresentem na licitação qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

21.6 - Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I - Termo de Referência e Cronograma de Entrega;

Anexo II - Proposta de Preços;

Anexo III – Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

Anexo IV - Convênio ICMS nº 26 de 04/04/03 e Resolução SEFAZ nº 971 de 12/02/16;

Anexo V - Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;

Anexo VI - Modelo de Declaração de Inexistência de Penalidade;

Anexo VII - Minuta Contratual;

Anexo VIII - Decreto Estadual nº 43.181/2011;

Anexo IX - Resolução Conjunta SEFAZ/CASA CIVIL nº 130/2011;

Anexo X - Modelo de Declaração para Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Empresário Individual e Cooperativas enquadradas no artigo 34, da lei nº 11.488, de 2007;

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

21.7 - A homologação do resultado desta licitação não importará direito à contratação.

21.8 - Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.9 - Os requerimentos de certidão de inteiro teor e de cópias de peças do processo administrativo serão dirigidos ao Diretor Presidente para fins de análise e manifestação quanto ao atendimento dos requisitos legais exigidos com vistas ao deferimento da certidão de inteiro teor, em consonância com as disposições contidas nas legislações vigentes.

21.10 - Para fins de aplicação das sanções administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado Proposta de Preços.

21.11- Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor Presidente, com auxílio do Pregoeiro e da Equipe de Apoio.

21.12 - O foro da cidade de Niterói - RJ, é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão Eletrônico e a adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

Niterói, 02 de abril de 2018.

EDIMILSON RAMOS MIGOWSKI DE CARVALHO

Diretor Presidente



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº E-08/005/000207/2016
Data: 25/05/2016 Fls.:
Rubrica: _____
ID: _____

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

Anexo I – Termo de Referência

(01) OBJETO: Reagentes Analíticos e Excipientes de acordo com itens e quantitativos descritos na tabela abaixo com descrição quantidade anual.

Análise de Estoque - DATA: 21/08/2017					
Item	Cód. SGE	Cód. SIGA (ID)	Item de estoque	Unid	Aquisição com margem de segurança
1º	260	142168	Acido Acetico Glacila P.a PM 60,05 Fom.CH3COOH	L	24
2º	1267	123970	Peroxido de Hidrogenio Peso Molecular 34,01g/mol solução 30%	Fr	10
3º	2389	140596	Produto químico, descrição química: acido tricloroacético, pureza: 99 % formula molecular: ccl3cooh, aspecto: solido incolor, aplicação: para analise, concentração: 99%, granulometria: n/a, forma fornecimento: frasco 500g	Fr	12
4º	259	107759	Acetonitrila 99% CH3CN	L	36
5º	263	86590	Hidroxido de Sódio P.A	Kg	10
6º	1934	76033	Acido Sulfurico H2SO4 98,08	L	3
7º	2382	104705	Acido Percetico Peroxido de Hidreogenio	L	50
8º	1926	86650	Cloreto de Sódio Fomula Molecular NACL	KG	600
9º	1260	147678	Produto químico, descrição química: nitrato de prata, pureza: 99,0% formula molecular: agno3 p.m 169,87, aspecto: solido incolor / branco, aplicação: reagente analítico, concentração: 216 g em 100 ml a 20 °c, granulometria: n/a, forma fornecimento: frasco de 100 g	Fr	5
10º	5180	149189	Produto químico, descrição química: acido clorídrico fumegante p.a - iso, pureza: 37%, formula molecular: hci, aspecto: liquido incolor, aplicação: para analise, concentração: 36,5 - 38,0% de hci, granulometria: n/a, forma fornecimento: frasco 1 litro	L	20
11º	1853	149188	Hipoclorito sódio, aspecto: liquido cor: incolor~amarelo, aplicação: irrigação de canal, formula molecular: naoci, peso molecular: 74,44 g/mol, concentração: 5~5,2 %, forma fornecimento: galão 05 litros	L	50

(02) JUSTIFICATIVA: Material de reposição de estoque para atender ao Controle Químico, Sistema de água e Produção de Soros. Quantidade solicitada para ressuprimento pelo período de 12(doze) meses, já reavaliado em função da Resolução da SES nº 1.327 de 04 de Janeiro de 2016.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

(03) ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Encontram-se nas Fls. n º 07 á 18 e 64**(04) PRAZO DO CONTRATO LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO:**

Prazo: O contrato deverá abranger um período de 12 (doze) meses, contado a partir da data da sua publicação.

1ª Entrega: A Contar da emissão do empenho, 15 dias consecutivos para a entrega.

2ª Entrega: Ocorrerá dentro do período do contrato, sendo que, será informado previamente no prazo de 30 dias ao fornecedor.

Local: Rua: Maestro José Botelho Nº64, Instituto Vital Brasil - Niterói -RJ.

Horários comercial de entrega: de 08h30min às 11h30min e de 13h00min as 16h00min.

Agendamento da entrega: Em caso de falta de agendamento os produtos não serão recebidos.

Telefone e e-mail para agendamento:

Coordenação de Almoxarifado

Tel:(21) 3611-4687 - 2711-9223 Ramal: 232, 181

vitalbrazilnfe.material@gmail.com

(05) PRAZO E CONDIÇÕES PARA RECEBIMENTO: Os Lotes dos produtos deverão vir acompanhados de laudo analítico-laboratorial do fabricante. Entre a data de fabricação e a data de entrega do produto não deverá ter transcorrido mais de 15% (quinze) por cento do seu prazo de validade. Se o limite acima não for cumprido, o IVB deverá ser consultado previamente e oficialmente para manifestação técnica acerca da viabilidade ou não do recebimento do produto. Caso seja viável o recebimento do produto, o fornecedor deverá emitir termo de compromisso de Troca, assumindo o compromisso de trocar o produto se o mesmo não for utilizado antes da expiração do prazo de validade.

Obs. O item 06 citado na primeira parcela (ácido sulfúrico H2 SO4 98,08) será entregue em sua totalidade na primeira parcela.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

(06) RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

Ivonete Goncalves da Cunha Bastos de Souza - Mat. 26971

Maria Selma Lins de Albuquerque - Mat. 71290

(07) CRONOGRAMA DE ENTREGA.

CRONOGRAMA				
ITEM	PARCELA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNID. MEDIDA
1	1°	Acido acético glacial p.a pm 60,05 formula ch_3cooh	12	L
2	1°	Peroxido hidrogênio, peso molecular: 34,01g/mol, solução 30%	5	FR
3	1°	Produto químico, descrição química: acido tricloroacético, pureza: 99 % formula molecular: cci_3cooh , aspecto: solido incolor, aplicação: para analise, concentração: 99%, granulometria: n/a, forma fornecimento: frasco 500g	6	FR
4	1°	Acetonitrila 99,8% ch_3cn	18	L
5	1°	Hidróxido de sódio pa	5	KG
6	1°	Acido sulfúrico h_2so_4 98,08	3	L
7	1°	Acido peracético peroxido de hidrogênio	25	L
8	1°	Cloreto de sódio formula molécula nacl	300	KG
9	1°	Produto químico, descrição química: nitrato de prata, pureza: 99,0%, formula molecular: agno_3 p.m 169,87, aspecto: solido incolor / branco, aplicação: reagente analítico, concentração: 216 g em 100 ml a 20 °c, granulometria: n/a, forma fornecimento: frasco de 100 g	3	UNID.
10	1°	Produto químico, descrição química: acido clorídrico fumegante p.a - iso, pureza: 37%, formula molecular: hcl , aspecto: liquido incolor, aplicação: para analise, concentração: 36,5 - 38,0% de hcl , granulometria: n/a, forma fornecimento: frasco 1 litro	10	UNID.
11	1°	Hipoclorito sódio, aspecto: liquido cor: incolor~amarelo, aplicação: irrigação de canal, formula molecular: naoci , peso molecular: 74,44 g/mol, concentração: 5~5,2 %, forma fornecimento: galão 05 litros	25	UNID.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

2º Parcela

CRONOGRAMA				
ITEM	PARCELA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNID. MEDIDA
1	2º	Acido acético glacial p.a pm 60,05 formula ch_3cooh	12	L
2	2º	Peroxido hidrogênio, peso molecular: 34,01g/mol, solução 30%	5	FR
3	2º	Produto químico, descrição química: acido tricloroacético, pureza: 99 % formula molecular: cci_3cooh , aspecto: solido incolor, aplicação: para analise, concentração: 99%, granulometria: n/a, forma fornecimento: frasco 500g	6	FR
4	2º	Acetonitrila 99,8% ch_3cn	18	L
5	2º	Hidróxido de sódio pa	5	KG
6	2º	Acido sulfúrico h_2so_4 98,08	Item já entregue na primeira parcela	
7	2º	Acido peracético peroxido de hidrogênio	25	L
8	2º	Cloreto de sódio formula molécula nacl	300	KG
9	2º	Produto químico, descrição química: nitrato de prata, pureza: 99,0%, formula molecular: agno_3 p.m 169,87, aspecto: solido incolor / branco, aplicação: reagente analítico, concentração: 216 g em 100 ml a 20 °c, granulometria: n/a, forma fornecimento: frasco de 100 g	2	UNID.
10	2º	Produto químico, descrição química: acido clorídrico fumegante p.a - iso, pureza: 37%, formula molecular: hcl , aspecto: liquido incolor, aplicação: para analise, concentração: 36,5 - 38,0% de hcl , granulometria: n/a, forma fornecimento: frasco 1 litro	10	UNID.
11	2º	Hipoclorito sódio, aspecto: liquido cor: incolor~amarelo, aplicação: irrigação de canal, formula molecular: naoci , peso molecular: 74,44 g/mol, concentração: 5~5,2 %, forma fornecimento: galão 05 litros	25	UNID.

(08) RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

Ivonete Goncalves da Cunha Bastos de Souza - Mat. 26971

Maria Selma Lins de Albuquerque - Mat. 71290

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

(09) RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO, TELEFONE E E-MAIL.

Coordenação de Almoxarifado

[Tel:\(21\) 3611-4687](tel:552136114687) - 2711-9223 Ramal: 232vitalbrazilnfe.material@gmail.com



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº E-08/005/000207/2016
Data: 25/05/2016 Fls.:
Rubrica: _____
ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Instituto Vital Brazil

	GARANTIA DA QUALIDADE		CÓDIGO: 1256
			EMIÇÃO: 01/16
			REVISÃO: 01/19
ESPECIFICAÇÃO DE REAGENTE ANALÍTICO			
SOLUÇÃO TAMPÃO pH 7,0			
ASPECTO		Líquido incolor, límpido.	
<i>pH a 20 °C</i>		6,99 a 7,01.	
EMBALAGEM E ARMAZENAMENTO: Embalagem de plástico com capacidade de 1 L, em perfeito estado de integridade, limpa, rotulada e lacrada. Preservar em recipiente hermeticamente fechado. Armazenar conforme orientações do fabricante.			
ROTULAGEM: Todas as embalagens do produto devem trazer um rótulo contendo os seguintes itens: 1 - Nome do produto 2 - Fabricante e país de origem 3 - Número do lote do fabricante 4 - Fornecedor (caso não seja adquirido do próprio fabricante) 5 - Data de fabricação (máximo de 1 ano até a data do recebimento) 6 - Prazo de validade			
REFERÊNCIA: Chemicals & Reagents, 2014 – 2016, Merck, página 526.			
UTILIZAÇÃO: Análises do Controle da Qualidade			
PROCEDIMENTO RELACIONADO: Não aplicável.			
LAUDO DE ANÁLISE: LAUDO ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA DO FABRICANTE.			
DEPARTAMENTO DE CONTROLE QUÍMICO	GERÊNCIA DE CONTROLE DA QUALIDADE	GARANTIA DA QUALIDADE	



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº E-08/005/000207/2016
Data: 25/05/2016 Fls.:
Rubrica: _____
ID: _____

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Instituto Vital Brazil

 Instituto Vital Brazil	GARANTIA DA QUALIDADE		CÓDIGO: 260
			EMIÇÃO: 01/2016
			REVISÃO: 01/2019
ESPECIFICAÇÃO DE REAGENTE ANALÍTICO			
ÁCIDO ACÉTICO GLACIAL P.A.			
CH₃COOH			P.M. 60,05
DESCRIÇÃO	Líquido com forte odor.		
PONTO DE EBULIÇÃO	Aproximadamente 118 °C.		
PONTO DE CONGELAMENTO	Aproximadamente 16 °C.		
SOLUBILIDADE	Miscível com água.		
TEOR	Mínimo 99,7% de CH ₃ COOH.		
COR	Máximo 10.		
TESTE DE DILUIÇÃO	Passa no teste.		
RESÍDUO APÓS EVAPORAÇÃO	Máximo 0,001%.		
ANIDRIDO ACÉTICO	Máximo 0,01%.		
CLORETO	Máximo 1 ppm.		
SULFATO	Máximo 1 ppm.		
METAIS PESADOS	Máximo 0,5 ppm.		
FERRO	Máximo 0,2 ppm.		
SUBSTÂNCIAS REDUTORAS – DICROMATO	Passa no teste.		
SUBSTÂNCIAS REDUTORAS – PERMANGANATO	Passa no teste.		
BASE TITULÁVEL	Máximo 0,0004 meq/g.		
EMBALAGEM E ARMAZENAMENTO: Embalagem de vidro âmbar com capacidade de 1 L, em perfeito estado de integridade, limpa, rotulada e lacrada. Preservar em recipiente bem fechado, protegido da luz e à temperatura ambiente.			
ROTULAGEM: Todas as embalagens do produto devem trazer um rótulo contendo os seguintes itens: 1 – Nome do produto 2 – Fabricante e país de origem 3 – Número do lote do fabricante 4 – Fornecedor (caso não seja adquirido do próprio fabricante) 5 – Data de fabricação (máximo de 1 ano até a data do recebimento) 6 – Prazo de validade			
REFERÊNCIA: Reagent Chemicals, ACS, 10ª edição, página 126.			
UTILIZAÇÃO: Reagente Analítico			
PROCEDIMENTO RELACIONADO: Não aplicável.			
LAUDO DE ANÁLISE: LAUDO ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA DO FABRICANTE.			
DEPARTAMENTO DE CONTROLE QUÍMICO	GERÊNCIA DE CONTROLE DA QUALIDADE	GARANTIA DA QUALIDADE	

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

 Instituto Vital Brazil	GARANTIA DA QUALIDADE		CÓDIGO: 1267
			EMIÇÃO: 09/2015
			REVISÃO: 09/2018
ESPECIFICAÇÃO DE REAGENTE ANALÍTICO			
PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO 30 %			
H_2O_2		<i>P.M. 34,01</i>	
DESCRIÇÃO	Líquido claro.		
SOLUBILIDADE	Miscível em água.		
PONTO DE EBULIÇÃO	Aproximadamente 150 °C.		
DENSIDADE	1,11 g/mL.		
TEOR	29,0 - 32,0 % de H ₂ O ₂ .		
COR	Máximo 10.		
RESÍDUO APÓS EVAPORAÇÃO	Máximo 0,002 %.		
ÁCIDO TITULÁVEL	Máximo 0,0006 meq/g.		
CLORETO	Máximo 3 ppm.		
NITRATO	Máximo 2 ppm.		
FOSFATO	Máximo 2 ppm.		
SULFATO	Máximo 5 ppm.		
AMÔNIA	Máximo 5 ppm.		
METAIS PESADOS	Máximo 1 ppm.		
FERRO	Máximo 0,5 ppm.		
EMBALAGEM E ARMAZENAMENTO: As embalagens do produto devem se encontrar em perfeito estado de integridade, limpas, rotuladas e lacradas. Manter em recipiente fechado em local frio.			
ROTULAGEM: Todas as embalagens do produto devem trazer um rótulo contendo os seguintes itens: 1 – Nome do produto 2 – Fabricante e país de origem 3 – Número do lote do fabricante 4 – Fornecedor (caso não seja adquirido do próprio fabricante) 5 – Data de fabricação (máximo de 1 ano até a data do recebimento) 6 – Prazo de validade			
REFERÊNCIA: Reagent Chemicals, ACS, 10ª edição, página 360 .			
UTILIZAÇÃO: Utilizado com Reagente Analítico.			
PROCEDIMENTO RELACIONADO: ---			
LAUDO DE ANÁLISE: LAUDO ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA DO FABRICANTE.			
DEPARTAMENTO DE CONTROLE QUÍMICO	GERÊNCIA DE CONTROLE DA QUALIDADE	GARANTIA DA QUALIDADE	

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

 Instituto Vital Brazil	ÁCIDO TRICLOROACÉTICO		Código: 2389
	ESPECIFICAÇÃO DE REAGENTE ANALÍTICO		Aprovação: 02/2018
			Validade: 02/2021
			Página: 1/1
Este documento substitui: Código: 2389 Aprovado: 09/2014			
SINONÍMIA: ---			NºCAS: 76-03-9
FÓRMULA MOLECULAR: CCl₃COOH			PESO MOLECULAR: 163,39
GRAU: ACS			
UTILIZAÇÃO: Reagente utilizado na área de soros para detectar a presença de proteína durante processo de diálise e no controle de qualidade durante o controle em processo.			
PROCEDIMENTO DE ANÁLISE RELACIONADO: ---			
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: Reagent Chemicals, ACS, 10ª edição, p. 702.			
CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS			
TESTES		ESPECIFICAÇÃO	
Descrição		Sólido incolor a branco.	
PONTO DE FUSÃO (aproximadamente)		57-58 °C.	
PONTO DE EBULIÇÃO (aproximadamente)		197-198 °C.	
SOLUBILIDADE		Muito solúvel em água.	
TEOR		Mínimo 99,0% de CCl ₃ COOH.	
LIMPEZA DA SOLUÇÃO		Passa no teste.	
MATÉRIAS INSOLÚVEIS		Máximo 0,01%.	
RESÍDUO APÓS IGNIÇÃO		Máximo 0,03%.	
CLORETO		Máximo 0,002%.	
NITRATO		Máximo 0,002%.	
FOSFATO		Máximo 5 ppm.	
SULFATO		Máximo 0,02%.	
METAIS PESADOS		Máximo 0,002%.	
FERRO		Máximo 0,001%.	
SUBSTÂNCIAS ESCURECIDAS PELO ÁCIDO SULFÚRICO		Passa no teste.	
CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS/BIOLOGICAS			
TESTES		ESPECIFICAÇÃO	
Não Aplicável.		Não Aplicável.	
EMBALAGEM			
Embalagem de vidro, em perfeito estado de integridade, limpa, rotulada e lacrada.			
ROTULAGEM			

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

Todas as embalagens do produto devem trazer um rótulo contendo os seguintes itens:

- 1– Nome do produto
- 1 – Fabricante e país de origem
- 3 – Número do lote do fabricante
- 4 – Fornecedor (caso não seja adquirido do próprio fabricante)
- 5 – Data de fabricação
- 6 – Prazo de validade

NOTA: NÃO RECEBER CASO JÁ TENHA TRANSCORRIDO MAIS QUE 1/3 DA DATA DE VALIDADE A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO.**ARMAZENAMENTO**

Preservar em recipiente hermeticamente fechado, protegido da luz e à temperatura ambiente.

LAUDO DE ANÁLISE (obrigatoriamente)**LAUDO ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA DO FABRICANTE**

Data: Elaborado por: _____ (rubricar e carimbar)	Data: Revisado por: _____ (rubricar e carimbar)	Data: Revisado por: _____ (rubricar e carimbar)	Data: Aprovado por GQ.P: _____ (rubricar e carimbar)
---	--	--	---

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

 Instituto Vital Brazil	GARANTIA DA QUALIDADE		CÓDIGO: 259
			EMIÇÃO: 01/2016
			REVISÃO: 01/2019
ESPECIFICAÇÃO DE REAGENTE ANALÍTICO			
ACETONITRILA PARA HPLC			
PUREZA (cromatografia gasosa)	≥ 99,8%.		
FILTRADO POR FILTRO 0,2 µm			
IDENTIFICAÇÃO (infravermelho)	Passa no teste.		
RESÍDUO DE EVAPORAÇÃO	≤ 4,0 mg/L.		
ACIDEZ	≤ 0,0005 meq/g.		
ALCALINIDADE	≤ 0,0002 meq/g.		
ÁGUA	≤ 0,05%.		
TRANSMISSÃO	a 195 nm	≥ 70%	
	a 200 nm	≥ 90%	
	a partir de 240 nm	≥ 98%	
EMBALAGEM E ARMAZENAMENTO: Embalagem de vidro âmbar com capacidade de 4 L, em perfeito estado de integridade, limpa, rotulada e lacrada. Manter em recipiente hermeticamente fechado, protegido da luz e à temperatura ambiente.			
ROTULAGEM: Todas as embalagens do produto devem trazer um rótulo contendo os seguintes itens: 1 – Nome do produto 2 – Fabricante e país de origem 3 – Número do lote do fabricante 4 – Fornecedor (caso não seja adquirido do próprio fabricante) 5 – Data de fabricação (máximo de 1 ano até a data do recebimento) 6 – Prazo de validade			
REFERÊNCIA: Chemicals e Reagents, Merck, 2014-2016, página 341.			
UTILIZAÇÃO: Reagente Analítico			
PROCEDIMENTO RELACIONADO: Não aplicável.			
LAUDO DE ANÁLISE: LAUDO ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA DO FABRICANTE.			
DEPARTAMENTO DE CONTROLE QUÍMICO	GERÊNCIA DE CONTROLE DA QUALIDADE	GARANTIA DA QUALIDADE	

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

 Instituto Vital Brazil	HIDRÓXIDO DE SÓDIO P.A.	Código: 263
	ESPECIFICAÇÃO DE REAGENTE ANALÍTICO	Aprovação: 07/2017
		Validade: 07/2020
		Página: 1/1
Este documento substitui: Código: 263 Aprovado: 04/2014		
SINONÍMIA: soda cáustica		N°CAS: 1310-73-2
FÓRMULA MOLECULAR: NaOH		PESO MOLECULAR: 40,00
GRAU: PA		
UTILIZAÇÃO: Análises do Controle da Qualidade		
PROCEDIMENTO DE ANÁLISE RELACIONADO: Não aplicável.		
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: Reagent Chemicals, ACS, 10ª Edição, página 617.		
CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS		
TESTES	ESPECIFICAÇÃO	
Descrição	Sólido branco.	
Solubilidade	110 g dissolvem em 100 mL de água a 20°C.	
Ponto de Fusão	Aproximadamente 318°C.	
Carbonato de Sódio	Máximo 1,0% de Na ₂ CO ₃ .	
Sulfato	Máximo 0,003%.	
Cloreto	Máximo 0,005%.	
Compostos Nitrogenados	Máximo 0,001%.	
Fosfato	Máximo 0,001%.	
Metais Pesados	Máximo 0,002%.	
Ferro	Máximo 0,001%.	
Níquel	Máximo 0,001%.	
Mercúrio	Máximo 0,1 ppm.	
Cálcio	Máximo 0,005%.	
Magnésio	Máximo 0,002%.	
Potássio	Máximo 0,02%.	
Teor	Mínimo 97,0% de NaOH.	
CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS/BIOLÓGICAS		
TESTES	ESPECIFICAÇÃO	
Não Aplicável	Não Aplicável	
EMBALAGEM		
As embalagens do produto devem se encontrar em perfeito estado de integridade, limpas, rotuladas e lacradas.		
ROTULAGEM		
Todas as embalagens do produto devem trazer um rótulo contendo os seguintes itens: 1 – Nome do produto 2 – Fabricante e país de origem 3 – Número do lote do fabricante 4 – Fornecedor (caso não seja adquirido do próprio fabricante) 5 – Data de fabricação 6 – Prazo de validade		
ARMAZENAMENTO		
Manter em recipiente hermeticamente fechado.		

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

LAUDO DE ANÁLISE (obrigatoriamente)**LAUDO ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA DO FABRICANTE**

Data: Elaborado por: _____ (rubricar e carimbar)	Data: Revisado por: _____ (rubricar e carimbar)	Data: Revisado por: _____ (rubricar e carimbar)	Data: Aprovado por GQ.P: _____ (rubricar e carimbar)
---	--	--	---

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

 Instituto Vital Brazil	GARANTIA DA QUALIDADE		CÓDIGO: 1934
			EMIÇÃO: 09/2015
			REVISÃO: 09/2018
ESPECIFICAÇÃO DE REAGENTE ANALÍTICO			
ÁCIDO SULFÚRICO P.A.			
H_2SO_4		<i>P.M. 98,08</i>	
DESCRIÇÃO	Sólido incolor, deliquescente.		
SOLUBILIDADE EM ÁGUA	Miscível		
PONTO DE EBULIÇÃO	Em torno de 290°C, com decomposição.		
DENSIDADE	1,84 g/mL		
TEOR	95 - 98,0%		
COR (APHA)	10		
RESÍDUO DE IGNIÇÃO	Máximo 5 ppm		
CLORETO	Máximo 0,2 ppm		
NITRATO	Máximo 0,5 ppm		
AMÔNIO	Máximo 2 ppm		
SUBSTÂNCIAS REDUZIDAS PELO PERMANGANATO (como SO₂)	Máximo 2 ppm		
ARSÊNIO	Máximo 0,01 ppm		
METAIS PESADOS	Máximo 1 ppm		
SÓDIO (Na)	Máximo 0,005%		
FERRO	Máximo 0,2 ppm		
MERCÚRIO	Máximo 5 ppb		
ROTULAGEM: Todas as embalagens do produto devem trazer um rótulo contendo os seguintes itens: 1 – Nome do produto 2 – Fabricante e país de origem 3 – Número do lote do fabricante 4 – Fornecedor (caso não seja adquirido do próprio fabricante) 5 – Data de fabricação (máximo de 1 ano até a data do recebimento) 6 – Prazo de validade			
REFERÊNCIA: Reagent Chemicals, ACS, 10ª edição, página 670.			
UTILIZAÇÃO: Reagente Analítico			
PROCEDIMENTO RELACIONADO: Não aplicável.			
LAUDO DE ANÁLISE: LAUDO ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA DO FABRICANTE.			
DEPARTAMENTO DE CONTROLE QUÍMICO	GERÊNCIA DE CONTROLE DA QUALIDADE	GARANTIA DA QUALIDADE	

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

 Instituto Vital Brazil	ESPECIFICAÇÃO DE PRODUTO DE LIMPEZA	Código: 2382
	ÁCIDO PERACÉTICO 15 %	Aprovação: 07/2017 Validade: 07/2020 Página: 1/1
	Este documento substitui: Código: 2382 Aprovado: 05/2014	

SINONÍMIA: Acetilhidroperóxido; Ácido Peroxiacético;	N°CAS: NA (mistura)
FÓRMULA MOLECULAR: C ₂ H ₄ O ₃	PESO MOLECULAR: 76,05
GRAU: NA	
UTILIZAÇÃO: Desinfecção de teto, paredes e piso	
PROCEDIMENTO DE ANÁLISE RELACIONADO: PA N°DCQ.C: 038/MP	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: Especificação Johnson Diversey (Divosan Forte)	
CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS	
TESTES	ESPECIFICAÇÃO
Composição	Ácido Acético, Peróxido de Hidrogênio, Ácido Peracético e Água
Descrição	Líquido límpido, incolor e isento de partículas em suspensão.
pH	Menor que 1.
Densidade Relativa/Peso Específico	1,12 g/cm ³ (25°C)
Teor de Princípio Ativo	Mínimo 14% de ácido peracético
Teor de H₂O₂ Ativo	Mínimo 23%
Teor de O₂ Ativo	Mínimo 14%
CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS/BIOLÓGICAS	
TESTES	ESPECIFICAÇÃO
Não Aplicável.	Não Aplicável.
EMBALAGEM	
A embalagem do produto deve ter capacidade de 5 Litros e se encontrar em perfeito estado de integridade, limpa, rotulada e lacrada.	
ROTULAGEM	
Todas as embalagens do produto devem trazer um rótulo contendo os seguintes itens: 1 – Nome do produto 2 – Fabricante e país de origem 3 – Número do lote do fabricante 4 – Fornecedor (caso não seja adquirido do próprio fabricante) 5 – Data de fabricação 6 – Prazo de validade	
NOTA: NÃO RECEBER CASO JÁ TENHA TRANSCORRIDO MAIS QUE 1/3 DA DATA DE VALIDADE A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO.	
ARMAZENAMENTO	

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

Preservar em recipiente bem fechado, protegido da luz e à temperatura ambiente.

O produto deve ser mantido em sua embalagem original, em local fresco e ventilado, afastado da luz solar direta, fontes de calor, materiais incompatíveis como ácidos (ex. sulfúrico, clorídrico), bases (ex. hidróxido de sódio, barrilha), metais (ex. ferro, cobre), agentes redutores (ex. permanganato de potássio, bissulfito de sódio), material orgânico (ex. papel, tecido), substâncias inflamáveis (ex. etanol, gasolina), combustíveis e gases comprimidos.

OBSERVAÇÕES

Altamente irritante para pele, mucosas e olhos.

LAUDO DE ANÁLISE (obrigatoriamente)**LAUDO ORIGINAL DO FABRICANTE** (ou cópia autenticada do Laudo do Fabricante)

Data: Elaborado por: _____ (rubricar e carimbar)	Data: Revisado por: _____ (rubricar e carimbar)	Data: Revisado por: _____ (rubricar e carimbar)	Data: Aprovado por GQ.P: _____ (rubricar e carimbar)
---	--	--	---

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

	ESPECIFICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA O SISTEMA DE OBTENÇÃO DE ÁGUA PARA INJETÁVEIS	Código: 1926
	CLORETO DE SÓDIO COMERCIAL (SAL GROSSO)	Aprovação: 05/2017
		Validade: 05/2020
Este documento substitui: Código: 1926 Aprovado: 02/2014		Página: 1/1

SINONÍMIA: SAL GROSSO		N°CAS: 7647-14-5
FÓRMULA MOLECULAR: NaCl		PESO MOLECULAR: 5844
GRAU: ---		
UTILIZAÇÃO: Sistema de Água		
PROCEDIMENTO DE ANÁLISE RELACIONADO: PA N°DCQ.C: 105/MP.		
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: Especificação Labsynth Produtos para laboratórios Ltda e Refinaria Nacional de Sal S.A. (Cisne)		
CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS		
TESTES		ESPECIFICAÇÃO
Descrição	Cristal branco, inodoro, característico de sal grosso, podendo apresentar fragmentos de quartzo de cor marrom.	
Acidez/Alcalinidade	Passa no teste.	
Perda por Secagem	Máximo 0,5%.	
Ferro	Máximo 0,002%.	
Metais Pesados	Máximo 0,001%.	
Teor	Mínimo 99,0%, calculado em base anidra	
CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS/BIOLÓGICAS		
TESTES		ESPECIFICAÇÃO
Não Aplicável.	Não Aplicável.	
EMBALAGEM		
Embalagem com capacidade para 25 Kg, em perfeito estado de integridade, limpa, rotulada e lacrada.		
ROTULAGEM		
Todas as embalagens do produto devem trazer um rótulo contendo os seguintes itens: 1 – Nome do produto 2 – Fabricante e país de origem 3 – Número do lote do fabricante 4 – Fornecedor (caso não seja adquirido do próprio fabricante) 5 – Data de fabricação (máximo de 1 ano até a data do recebimento) 6 – Prazo de validade		
ARMAZENAMENTO		
Preservar em recipiente hermeticamente fechado e à temperatura ambiente.		
LAUDO DE ANÁLISE (obrigatoriamente)		
LAUDO ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA DO FABRICANTE		

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

Data: Elaborado por: _____ (rubricar e carimbar)	Data: Revisado por: _____ (rubricar e carimbar)	Data: Revisado por: _____ (rubricar e carimbar)	Data: Aprovado por GQ.P: _____ (rubricar e carimbar)
---	--	--	---

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

 Instituto Vital Brazil	GARANTIA DA QUALIDADE		CÓDIGO: 1260
			EMIÇÃO: 02/2016
			REVISÃO: 02/2019
ESPECIFICAÇÃO DE REAGENTE ANALÍTICO			
NITRATO DE PRATA			
<i>AgNO₃</i>		<i>P.M. 169,87</i>	
ASPECTO	Sólido incolor ou branco; pode tornar-se castanho na presença de impurezas ou luz.		
PONTO DE FUSÃO	Aproximadamente 212 °C.		
SOLUBILIDADE EM ÁGUA	216 g em 100 mL a 20 °C.		
TEOR	≥ 99,0% de AgNO ₃ .		
LIMPIDEZ DA SOLUÇÃO	Passa no teste.		
CLORETO	Máximo 5 ppm.		
ÁCIDO LIVRE	Passa no teste.		
SUBSTÂNCIAS NÃO PRECIPITADAS PELO ÁCIDO CLORÍDRICO	Máximo 0,01%.		
SULFATO	Máximo 0,002%.		
COBRE	Máximo 2 ppm.		
FERRO	Máximo 2 ppm.		
CHUMBO	Máximo 0,001%.		
EMBALAGEM E ARMAZENAMENTO: Embalagem de plástico opaco com capacidade de 100g, em perfeito estado de integridade, limpa, rotulada e lacrada. Preservar em recipiente hermeticamente fechado.			
ROTULAGEM: Todas as embalagens do produto devem trazer um rótulo contendo os seguintes itens: 1 – Nome do produto 2 – Fabricante e país de origem 3 – Número do lote do fabricante 4 – Fornecedor (caso não seja adquirido do próprio fabricante) 5 – Data de fabricação (máximo de 1 ano até a data do recebimento) 6 – Prazo de validade			
REFERÊNCIA: Reagent Chemicals, ACS, 10ª edição, página 574 e 575.			
UTILIZAÇÃO: Reagente Analítico			
PROCEDIMENTO RELACIONADO: Não aplicável.			
LAUDO DE ANÁLISE: LAUDO ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA DO FABRICANTE.			
DEPARTAMENTO DE CONTROLE QUÍMICO	GERÊNCIA DE CONTROLE DA QUALIDADE	GARANTIA DA QUALIDADE	

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

	SOLUÇÃO HIPOCLORITO DE SÓDIO 5%		Código: 1853
	ESPECIFICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA O SISTEMA DE OBTENÇÃO DE ÁGUA PARA INJETÁVEIS		Aprovação: 02/2018
			Validade: 02/2021
Página: 1/1			
Este documento substitui: Código: 1853 Aprovado: 01/2015			
SINONÍMIA: Ácido Hipocloroso		NºCAS: 7681-52-9	
FÓRMULA MOLECULAR: NaClO		PESO MOLECULAR: 74,44	
GRAU: ---			
UTILIZAÇÃO: Sanitização			
PROCEDIMENTO DE ANÁLISE RELACIONADO: PA N°DCQ.C: 014/MP			
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: USP 37 / NF 32, páginas 1428 e 4718.			
CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS			
TESTES		ESPECIFICAÇÃO	
Descrição		Líquido amarelo a amarelo-esverdeado, com odor de cloro. É afetado pela luz e gradualmente deteriorado.	
Identificação		Passa no teste.	
Teor		Mínimo 4,0% e máximo 6,0%, por peso, de NaClO.	
CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS/BIOLÓGICAS			
TESTES		ESPECIFICAÇÃO	
Não Aplicável.		Não Aplicável.	
EMBALAGEM			
Embalagem de plástico com capacidade para 5 L, em perfeito estado de integridade, limpa, rotulada e lacrada. Deve constar o número de registro do produto no Ministério da Saúde.			
ROTULAGEM			
Todas as embalagens do produto devem trazer um rótulo contendo os seguintes itens: 1 – Nome do produto 2 – Fabricante e país de origem 3 – Número do lote do fabricante 4 – Fornecedor (caso não seja adquirido do próprio fabricante) 5 – Data de fabricação 6 – Prazo de validade			
NOTA: NÃO RECEBER CASO JÁ TENHA TRANSCORRIDO MAIS QUE 1/3 DA DATA DE VALIDADE A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO.			
ARMAZENAMENTO			
Preservar em recipiente hermeticamente fechado, resistente à luz e a temperatura abaixo de 25°C.			
LAUDO DE ANÁLISE (obrigatoriamente)			
LAUDO ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA DO FABRICANTE			
Data:	Data:	Data:	Data:
Elaborado por:	Revisado por:	Revisado por:	Aprovado por GQ.P:
_____	_____	_____	_____

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

ANEXO II <u>PROPOSTA DE PREÇOS</u>			Licitação por Pregão Eletrônico nº 08/2018. A realizar-se em 16/04/2018 às 09h. Processo administrativo nº E-08/005/000207/2016.			
A firma ao lado mencionada propõe fornecer ao Instituto Vital Brazil, pelo preço abaixo assinalado, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constantes do EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO nº 08/2018 .			CARIMBO DA FIRMA			
I T E M	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	PREÇO (R\$)	
					UNITÁRIO	TOTAL
01	PRODUTO QUIMICO, DESCRICAO QUIMICA: ACIDO ACETICO GLACIAL P.A, PUREZA: PM 60,05, FORMULA MOLECULAR: CH3COOH, ASPECTO: LIQUIDO COM FORTE ODOR, APLICACAO: REAGENTE ANALITICO, CONCENTRACAO: 99,7% DE CH3COOH, GRANULOMETRIA: N/A, FORMA FORNECIMENTO: EMBALAGEM DE VIDRO AMBAR COM CAPACIDADE DE 1 LITRO Código do Item: 6820.062.0918 (ID - 142168)	L	24 L			
02	PEROXIDO HIDROGENIO, APLICACAO: ASSEPSIA DE UTENSILIOS UTILIZADOS NA PRODUCAO DE SOROS HIPERIMUNES, ASPECTO: LIQUIDO INCOLOR, FORMULA MOLECULAR: H2O2, PESO MOLECULAR: 34,01, PUREZA: SOLUCAO 30% Código do Item: 6840.005.0006 (ID - 123970)	FR	10 FR			
03	PRODUTO QUIMICO, DESCRICAO QUIMICA: ACIDO TRICLOROACETICO, PUREZA: 99 %, FORMULA MOLECULAR: CCl3COOH, ASPECTO: SOLIDO INCOLOR, APLICACAO: PARA ANALISE, CONCENTRACAO: 99%, GRANULOMETRIA: N/A, FORMA FORNECIMENTO: FRASCO 500G Código do Item: 6820.062.0909 (ID - 140596)	FR	12 FR			

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

04	PRODUTO QUIMICO, DESCRICAO QUIMICA: ACETONITRILA, PUREZA: 99,8%, FORMULA MOLECULAR: CH ₃ CN, ASPECTO: LIQUIDO, APLICACAO: PARA HPLC, CONCENTRACAO: 99,8%, GRANULOMETRIA: NÃO APLICAVEL Código do Item: 6820.062.0799 (ID - 107759)	L	36 L			
05	PRODUTO QUIMICO, DESCRICAO QUIMICA: HIDROXIDO DE SODIO PA (PM=40,00), PUREZA: PARA ANALISE, FORMULA MOLECULAR: NaOH, ASPECTO: PO CRISTALINO BRANCO, APLICACAO: PREPARACAO DE SOLUCOES, CONCENTRACAO: N/A Código do Item: 6820.062.0768 (ID - 86590)	KG	10 KG			
06	ACIDO SULFURICO, ASPECTO FISICO: LIQUIDO, LIMPIDO E INODORO, FORMULA MOLECULAR: H ₂ SO ₄ , PESO MOLECULAR: 98.08 g/mol, COR: INCOLOR Código do Item: 6810.462.0001 (ID - 76033)	L	3 L			
07	SOLUCAO ESTERILIZANTE, AGENTE ESTERILIZANTE: ACIDO PERACETICO + PEROXIDO DE HIDROGENIO, ACIDO PERACETICO AGUA, CONCENTRACAO: 15%, APRESENTACAO: GALAO Código do Item: 6850.045.0017 (ID - 104705)	L	50 L			
08	PRODUTO QUIMICO, DESCRICAO QUIMICA: CLORETO DE SÓDIO, PUREZA: N/A, FORMULA MOLECULAR: NaCl, ASPECTO: GRANULADO, APLICACAO: INDÚSTRIA FARMACÊUTICA, CONCENTRACAO: N/A Código do Item: 6820.062.0769 (ID - 86650)	KG	600 KG			

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

09	PRODUTO QUIMICO, DESCRICAO QUIMICA: NITRATO DE PRATA, PUREZA: 99,0%, FORMULA MOLECULAR: AgNO_3 P.M 169,87, ASPECTO: SOLIDO INCOLOR / BRANCO, APLICACAO: REAGENTE ANALITICO, CONCENTRACAO: 216 G EM 100 ML A 20 °C, GRANULOMETRIA: N/A, FORMA FORNECIMENTO: FRASCO DE 100 G Código do Item: 6820.062.0991 (ID - 147678)	UN	5 UN			
10	PRODUTO QUIMICO, DESCRICAO QUIMICA: ACIDO CLORIDRICO FUMEGANTE P.A. - ISO, PUREZA: 37%, FORMULA MOLECULAR: NCL, ASPECTO: LIQUIDO INCOLOR, APLICACAO: PARA ANALISE, CONCENTRACAO: 1,18 MG/ML, GRANULOMETRIA: N/A, FORMA FORNECIMENTO: FRASCO DE 1000 ML Código do Item: 6820.062.0992 (ID - 147679)	UN	20 UN			
11	HIPOCLORITO SODIO, ASPECTO: LIQUIDO, COR: INCOLOR~AMARELO, APLICACAO: PURIFICACAO DE AGUA, FORMULA MOLECULAR: NACLO, PESO MOLECULAR: 74,44 G/MOL, CONCENTRACAO: 4~6 %, FORMA FORNECIMENTO: FRASCO 1 LITRO Código do Item: 6850.026.0022 (ID - 147700)	UN	50 UN			

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

OBSERVAÇÕES

A PROPOSTA DE PREÇOS deverá ser preenchida integralmente por processo mecânico ou eletrônico, sem emendas e rasuras; conter os preços em algarismos e por extenso, por unidade e total, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais; ser datada e assinada pelo gerente ou seu procurador, o Proponente se obrigará, mediante entrega da PROPOSTA DE PREÇOS, a cumprir os termos nela contidos. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá ser entregue a este Órgão, até a hora e data marcadas, em envelope fechado, com a indicação do seu número e data do encerramento. A licitação poderá ser anulada no todo, ou em parte, em conformidade com a legislação vigente.

Prazo de entrega: Deverá ser realizada de acordo com o Cronograma de Entrega, no prazo de até **15 dias consecutivos**, a contar da retirada da Nota de Empenho, que deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a sua emissão.

Validade da Proposta de Preços: 90 (noventa) dias.

Local de entrega: Rua Maestro José Botelho, 64 - Vital Brazil - Niterói - RJ - CEP: 24.230-410.

Banco Bradesco; Agência:; Conta Corrente:

Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente.

Em, / /2018.

Firma Proponente

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

Anexo III – Modelo de Declaração para atendimento ao inciso V, do artigo 27 da Lei nº 8.666/93.

Niterói,dede 2018.

À Comissão de Pregão

A/c Sr. Juarez Pacheco Tavares Júnior - Pregoeiro

Ref.: **Pregão Eletrônico nº 08/2018.**

(Entidade), inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador da cédula de identidade nº _____, expedida por _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, em conformidade com o previsto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

ENTIDADE (nome da entidade com assinatura do (s) seu (s) representante (s) legal (is))
CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

Anexo IV - Convênio ICMS n.º 026 de 04 de abril de 2003

- Publicado no DOU de 09.04.2003.
 - Ratificação Nacional DOU de 28.04.2003, pelo [Ato Declaratório 05/2003](#).
 - Adesão do AM pelo [Convênio ICMS 006/2005](#), efeitos a partir de 15.03.2005.
 - Exclusão de AM e DF pelo [Conv. ICMS 61/2004](#), efeitos a partir de 13.07.2004.
 - Exclusão de AC, AL, MT, MS, PE e PI pelo [Conv. ICMS 84/2004](#), efeitos a partir de 19.10.2004.
- I. Vide [Portaria ST n.º 22/2003](#).
- II. Disciplinado pela [Resolução SER n.º 47/2003](#).

Autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder isenção de ICMS nas operações ou prestações internas destinadas a órgãos da Administração Pública Estadual Direta e suas Fundações e Autarquias.

O Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, na sua 109ª reunião ordinária, realizada em Salvador, BA, no dia 4 de abril de 2003, tendo em vista o disposto na [Lei Complementar n.º 24](#), de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte **CONVÊNIO**:

Cláusula primeira Ficam os **Estados** e o **Distrito Federal** autorizados a conceder isenção de ICMS nas operações ou prestações internas, relativas a aquisição de bens, mercadorias ou serviços por órgãos da Administração Pública Estadual Direta e suas Fundações e Autarquias.

§ 1º A isenção de que trata o "caput" fica condicionada:

- I – ao desconto no preço, do valor equivalente ao imposto dispensado;
- II – à indicação, no respectivo documento fiscal, do valor do desconto;
- III – à comprovação de inexistência de similar produzido no país, na hipótese de qualquer operação com mercadorias importadas do exterior.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

§ 2º - A inexistência de similar produzido no país será atestada por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo da mercadoria ou do bem com abrangência em todo o território nacional.

§ 3º Ficam os Estados e o Distrito Federal autorizados a dispensar o estorno do crédito fiscal a que se refere o artigo 21 da [Lei Complementar nº 87](#), de 13 setembro de 1996.

§ 4º No caso de mercadorias ou serviços sujeitos ao regime de substituição tributária, os Estados podem autorizar a transferência do valor do ICMS retido por antecipação, a crédito do contribuinte substituído que realizou operação ou prestação subsequente isenta, conforme dispuser a legislação estadual.

Cláusula segunda. O disposto no inciso III da cláusula anterior não se aplica ao Estado do Paraná relativamente ao desembaraço aduaneiro de mercadoria importada do exterior efetuado até 30 de junho de 2003.

Cláusula terceira. Este Convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Salvador, BA, 4 de abril de 2003

RESOLUÇÃO SEFAZ N.º 971 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

Estabelece normas para concessão de isenção do ICMS nas operações ou prestações internas, destinadas a órgãos da Administração Pública Estadual Direta e suas Fundações e Autarquias, conforme previsto no Convênio ICMS n.º 26/2003, e revoga as Resoluções SER n.ºs 47/2003 e 241/2006.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, e

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

considerando o contido no Processo n.º E-04/073/62/2013,

R E S O L V E:

Art. 1.º Ficam isentas do ICMS as operações e prestações internas, relativas à aquisição de bens, mercadorias ou serviços por órgãos da Administração Pública Estadual Direta e suas Fundações e Autarquias.

Art. 2.º Para fruição do benefício previsto no artigo anterior, o estabelecimento remetente deve abater do preço da mercadoria ou do serviço o valor equivalente ao imposto dispensado.

§ 1.º Na Nota Fiscal que acobertar a saída da mercadoria ou a prestação do serviço, o estabelecimento remetente fica obrigado a:

- a) demonstrar os cálculos relativos à redução do preço;
- b) mencionar a seguinte expressão: "Operação beneficiada com isenção do ICMS nos termos do [Convênio ICMS 26/03](#). Valor dispensado de R\$_____ (valor por extenso)".
- c) utilizar o Código de Situação Tributária - CST 40 "isenta" e preencher no campo "motivo da desoneração" a opção 8 "venda à órgãos públicos";
- d) mencionar o número e a data da Nota de Empenho e o código da Unidade Executora;
- e) mencionar o número da Declaração de Importação (DI) e da respectiva nota fiscal emitida na entrada, na hipótese de mercadoria ou bem importado.

§ 2.º As exigências estabelecidas nos itens "d" e "e" do § 1.º não se aplicam às empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica, telefonia e de fornecimento de água.

Art. 3.º Na hipótese de qualquer operação com mercadorias importadas do exterior, a concessão do benefício fica condicionada à comprovação de inexistência de similar produzido

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

no país.

Parágrafo único - A inexistência de similar produzido no país será atestada por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo da mercadoria ou do bem com abrangência em todo o território nacional.

Art. 4.º Fica dispensado o estorno do crédito fiscal do ICMS a que se refere o inciso I do art. 37 da [Lei n.º 2.657](#), de 26 de dezembro de 1996, relativo às mercadorias e serviços cuja operação subsequente seja beneficiada pela isenção de que trata esta resolução.

§ 1.º Na hipótese de mercadoria sujeita ao regime de substituição tributária, o contribuinte substituto:

I - poderá manter o crédito fiscal relativo a operações anteriores à saída de mercadoria cuja operação subsequente tenha sido beneficiada pela isenção de que trata esta resolução;

II - deverá deduzir do imposto retido nas próximas remessas para o mesmo contribuinte substituído:

a) o imposto que foi retido na saída de mercadoria cuja operação seguinte tenha sido beneficiada pela isenção de que trata esta Resolução;

b) imposto relativo à operação própria na saída de mercadoria cuja operação subsequente tenha sido beneficiada pela isenção de que trata esta resolução.

III - poderá transferir o valor do ICMS retido por antecipação, a crédito do contribuinte substituído que realizou a operação ou prestação subsequente isenta.

§ 2.º O disposto no § 1.º aplica-se, tão somente, na proporção do volume de venda realizada pelo substituído para órgãos da Administração Pública Direta e suas Fundações e Autarquias.

§ 3.º O disposto neste artigo não se aplica sobre eventuais créditos tributários acumulados em

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

data anterior ao início da vigência desta Resolução.

Art. 5.º O descumprimento das condições estabelecidas nesta resolução acarreta a perda do direito ao benefício nela previsto e a exigibilidade do imposto não pago, com todos os acréscimos legais.

Art. 6.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a [Resolução SER n.º 47](#), de 24 de setembro de 2003, e a [Resolução SER n.º 241](#), de 09 de janeiro de 2006.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2016

JULIO CÉSAR CARMO BUENO

Secretário de Estado de Fazenda

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

**Anexo V - Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta para
atendimento ao Decreto Estadual nº 43.150, de 24.08.2011.**

Niterói,dede 2018.

À Comissão de Pregão

A/c Sr. Juarez Pacheco Tavares Júnior - Pregoeiro

Ref.: **Pregão Eletrônico nº 08/2018.**

(Entidade), inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo), neste ato representada pelo seu representante legal, o (a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou qualquer pessoa;

c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido do **ÓRGÃO LICITANTE** antes da abertura oficial das propostas e;

f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

ENTIDADE (nome da entidade com assinatura do (s) seu(s) representante(s) legal (is))
CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ).

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

Anexo VI - Modelo de Declaração de Inexistência de Penalidade.

Niterói,dede 2018.

À Comissão de Pregão

A/c Sr. Juarez Pacheco Tavares Júnior - Pregoeiro

Ref.: **Pregão Eletrônico nº 08/2018.**

(Entidade), inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem.

ENTIDADE (nome da entidade com assinatura do (s) seu (s) representante (s) legal (is))
CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ).

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

Anexo VII – Minuta Contratual

Contrato nº...../.....

CONTRATO DE COMPRA DE REAGENTES ANALÍTICOS E EXCIPIENTES, que entre si fazem **O INSTITUTO VITAL BRAZIL (Centro de Pesquisas, Produtos Químicos e Biológicos)** e a na forma abaixo:

O INSTITUTO VITAL BRAZIL (Centro de Pesquisas, Produtos Químicos e Biológicos), doravante denominado **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo Diretor, portador da cédula de identidade nº, e a empresa, situada na Rua nº, Bairro, Cidade....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por, cédula de identidade nº, residente e domiciliado na Rua nº, Cidade..... resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE COMPRA DE REAGENTES ANALÍTICOS E EXCIPIENTES**, com fundamento no processo administrativo nº **E-08/005/000207/2016**, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979 e pelos Decretos nº 3.149 de 28 de abril de 1980 e 42.301 de 12 de fevereiro de 2010, do instrumento convocatório, aplicando-se a este Contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O presente CONTRATO tem por objeto a aquisição de reagentes analíticos e excipientes, que deverá ser entregue de acordo com os prazos e as especificações dos **Anexos I e II**, partes integrantes do edital de licitação, bem como os itens abaixo:

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	PRODUTO QUIMICO, DESCRICAO QUIMICA: ACIDO ACETICO GLACIAL P.A, PUREZA: PM 60,05, FORMULA MOLECULAR: CH3COOH, ASPECTO: LIQUIDO COM FORTE ODOR, APLICACAO: REAGENTE ANALITICO, CONCENTRACAO: 99,7% DE CH3COOH, GRANULOMETRIA: N/A, FORMA FORNECIMENTO: EMBALAGEM DE VIDRO AMBAR COM CAPACIDADE DE 1 LITRO Código do Item: 6820.062.0918 (ID - 142168)	L	24 L		
02	PEROXIDO HIDROGENIO, APLICACAO: ASSEPSIA DE UTENSILIOS UTILIZADOS NA PRODUCAO DE SOROS HIPERIMUNES, ASPECTO: LIQUIDO INCOLOR, FORMULA MOLECULAR: H2O2, PESO MOLECULAR: 34,01, PUREZA: SOLUCAO 30% Código do Item: 6840.005.0006 (ID - 123970)	FR	10 FR		
03	PRODUTO QUIMICO, DESCRICAO QUIMICA: ACIDO TRICLOROACETICO, PUREZA: 99 %, FORMULA MOLECULAR: CCI3COOH, ASPECTO: SOLIDO INCOLOR, APLICACAO: PARA ANALISE, CONCENTRACAO: 99%, GRANULOMETRIA: N/A, FORMA FORNECIMENTO: FRASCO 500G Código do Item: 6820.062.0909 (ID - 140596)	FR	12 FR		
04	PRODUTO QUIMICO, DESCRICAO QUIMICA: ACETONITRILA, PUREZA: 99,8%, FORMULA MOLECULAR: CH3CN, ASPECTO: LIQUIDO, APLICACAO: PARA HPLC, CONCENTRACAO: 99,8%, GRANULOMETRIA: NÃO APLICAVEL Código do Item: 6820.062.0799 (ID - 107759)	L	36 L		

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

05	PRODUTO QUIMICO, DESCRICAO QUIMICA: HIDROXIDO DE SODIO PA (PM=40,00), PUREZA: PARA ANALISE, FORMULA MOLECULAR: NaOH, ASPECTO: PO CRISTALINO BRANCO, APLICACAO: PREPARACAO DE SOLUCOES, CONCENTRACAO: N/A Código do Item: 6820.062.0768 (ID - 86590)	KG	10 KG		
06	ACIDO SULFURICO, ASPECTO FISICO: LIQUIDO, LIMPIDO E INODORO, FORMULA MOLECULAR: H2SO4, PESO MOLECULAR: 98.08 g/mol, COR: INCOLOR Código do Item: 6810.462.0001 (ID - 76033)	L	3 L		
07	SOLUCAO ESTERILIZANTE, AGENTE ESTERILIZANTE: ACIDO PERACETICO + PEROXIDO DE HIDROGENIO, ACIDO PERACETICO AGUA, CONCENTRACAO: 15%, APRESENTACAO: GALAO Código do Item: 6850.045.0017 (ID - 104705)	L	50 L		
08	PRODUTO QUIMICO, DESCRICAO QUIMICA: CLORETO DE SÓDIO, PUREZA: N/A, FORMULA MOLECULAR: NaCl, ASPECTO: GRANULADO, APLICACAO: INDÚSTRIA FARMACÊUTICA, CONCENTRACAO: N/A Código do Item: 6820.062.0769 (ID - 86650)	KG	600 KG		
09	PRODUTO QUIMICO, DESCRICAO QUIMICA: NITRATO DE PRATA, PUREZA: 99,0%, FORMULA MOLECULAR: AgNO3 P.M 169,87, ASPECTO: SOLIDO INCOLOR / BRANCO, APLICACAO: REAGENTE ANALITICO, CONCENTRACAO: 216 G EM 100 ML A 20 °C, GRANULOMETRIA: N/A, FORMA FORNECIMENTO: FRASCO DE 100 G Código do Item: 6820.062.0991 (ID - 147678)	UN	5 UN		

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

10	PRODUTO QUIMICO, DESCRICAO QUIMICA: ACIDO CLORIDRICO FUMEGANTE P.A. - ISO, PUREZA: 37%, FORMULA MOLECULAR: NCL, ASPECTO: LIQUIDO INCOLOR, APLICACAO: PARA ANALISE, CONCENTRACAO: 1,18 MG/ML, GRANULOMETRIA: N/A, FORMA FORNECIMENTO: FRASCO DE 1000 ML Código do Item: 6820.062.0992 (ID - 147679)	UN	20 UN		
11	HIPOCLORITO SODIO, ASPECTO: LIQUIDO, COR: INCOLOR~AMARELO, APLICACAO: PURIFICACAO DE AGUA, FORMULA MOLECULAR: NACLO, PESO MOLECULAR: 74,44 G/MOL, CONCENTRACAO: 4~6 %, FORMA FORNECIMENTO: FRASCO 1 LITRO Código do Item: 6850.026.0022 (ID - 147700)	UN	50 UN		

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

2.1 - O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula, abrangendo as obrigações principais.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**3.1 - Constituem obrigações do CONTRATANTE:**

a) Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste Contrato;

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

- b) Fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente Contrato;
- c) Exercer a fiscalização do Contrato;
- d) Receber provisória e definitivamente o objeto do Contrato nas formas definidas no Edital e no Contrato.
- e) Notificar a **CONTRATADA** relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
- f) Aplicar as penalidades para as hipóteses da **CONTRATADA** não cumprir o compromisso assumido com a Administração.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**4.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:**

- a) Entregar o objeto do Contrato na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Cronograma de Execução do Contrato, constante nos **Anexos I e II** do edital;
- b) Entregar o objeto do Contrato sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- c) Manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do Contrato;

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

d) Comunicar ao Fiscal do Contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;

f) Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros;

g) Os produtos deverão vir acompanhados de laudo analítico-laboratorial do fabricante, bem como entre a data de fabricação e a data de entrega do produto não deverá ter transcorrido mais de 15% (quinze) por cento, do seu prazo de validade; se este limite não for cumprido, o **CONTRATANTE** deverá ser consultado previamente e oficialmente para manifestação técnica acerca da viabilidade ou não do recebimento do produto.

g.1) Caso seja viável o recebimento do produto, a **CONTRATADA** deverá emitir Termo de Compromisso de Troca e trocar o produto se o mesmo não for utilizado, antes da expiração do prazo de validade;

PARÁGRAFO ÚNICO: Não será admitida justificativa de atraso no fornecimento dos produtos adquiridos que tenha como fundamento o não cumprimento da sua entrega pelos fornecedores do licitante.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

5.1 - As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, assim classificadas:

NATUREZA DA DESPESA: 3390

FONTE: 100; 230

PROGRAMA DE TRABALHO: 10.122.0002.2016; 10.303.0160.2917; 10.573.0160.8319; 10.122.0002.2923; 10.303.0160.8345; 10.303.0160.2924.

Nota de Empenho: xxxxxxxx

PARÁGRAFO ÚNICO: As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

6.1 - Dá-se a este Contrato valor total de R\$ (.....).

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1 - O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do Instrumento Convocatório, Termo de Referência, do Cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por IVONETE GONÇALVES DA CUNHA BASTOS DE SOUZA, matrícula nº 26971 e MARIA SELMA LINS DE ALBUQUERQUE, matrícula nº 71290.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do Contrato será recebido, na seguinte forma:

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e da quantidade do material, no prazo de até 05 (cinco) dias após o recebimento provisório.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os fiscais a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilização administrativamente, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato ao Diretor Presidente, em 10 (dez) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO: Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital e do Termo de Referência deverão ser recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotarà em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUINTO: A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO SEXTO: A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

8.1 - A CONTRATADA é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 - O CONTRATANTE deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total estimado de R\$ (.....), sendo adimplido em **02 (duas) parcelas**. O valor a ser pago à **CONTRATADA em cada parcela** será calculado com base no preço unitário registrado na Cláusula Primeira, multiplicado pelo quantitativo previsto no **Cronograma de Entrega (constante no Termo de Referência - Anexo I - do Edital)**, de acordo com a entrega efetivamente realizada. O pagamento deverá ser efetuado na **Conta Corrente nº**, **Agência**, de titularidade da **CONTRATADA**, junto a instituição financeira contratada pelo Estado, em conformidade com o Decreto nº 43.181 de 08 de setembro de 2011 e a Resolução Conjunta SEFAZ/CASA CIVIL nº 130 de 29 de setembro de 2011.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá encaminhar a fatura para pagamento ao **INSTITUTO VITAL BRAZIL**, sito à Rua Maestro José Botelho, 64 - Vital Brazil, Niterói, acompanhada do comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como das certidões previstas no Parágrafo Segundo da Cláusula Oitava.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do artigo 90, § 3º da Lei nº 287/79.

PARÁGRAFO QUARTO: Satisfeitas as obrigações previstas no parágrafo primeiro desta Cláusula, o prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento.

PARÁGRAFO QUINTO: Considera-se adimplemento o cumprimento de prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

PARÁGRAFO SEXTO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer Nota Fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IPCA** e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste Edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

PARÁGRAFO OITAVO: A **CONTRATADA** deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 09 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no parágrafo 1º, alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, do artigo 2º da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

10.1 - A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de ____ (____) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5% (cinco por cento), a ser prestada em qualquer das modalidades de que trata o § 1º, artigo 56 da Lei nº 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso o valor do Contrato seja alterado, de acordo com o artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

PARÁGRAFO QUARTO: O levantamento da garantia contratual por parte da **CONTRATADA**, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

11.1 - O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

12.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA**, direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA**, o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A declaração de rescisão deste Contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá:

- a) Reter, a título de compensação, os créditos devidos à **CONTRATADA** e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) Cobrar da **CONTRATADA** multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e;
- c) Cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E
DEMAIS PENALIDADES**

13.1 - A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do *caput*, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80;

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do *caput*, será imposta pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do *caput*, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

PARÁGRAFO QUARTO - A multa administrativa, prevista na alínea b, do *caput*:

a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

PARÁGRAFO QUINTO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do *caput*:

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO SEXTO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do *caput*, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO OITAVO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO NONO - Se o valor das multas previstas na alínea b, do *caput*, e no parágrafo oitavo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do *caput*, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - As penalidades serão registradas pelo CONTRATANTE no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do *caput*, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

14.1 - O CONTRATANTE poderá denunciar o Contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei. A rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA**, poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A denúncia e a rescisão administrativa deste Contrato, em todos os casos em que admitidas, independem de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operarão seus efeitos a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá:

- a) Reter, a título de compensação, os créditos devidos à **CONTRATADA** e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) Cobrar da **CONTRATADA** multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados;
- c) Cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

15.1 - As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do Contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face do **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobradas judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

16.1 - O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do Contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no Edital da licitação, na forma do disposto no artigo 75 do Decreto nº 3.149/1980 e nos seguintes casos:

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

I - Quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos nos incisos I a IV e VIII a XII do artigo 83 do Decreto nº 3.149/1980.

II - Quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente **CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

17.1 - Constitui cláusula essencial do presente Contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO: É vedada a suspensão do Contrato a que se refere o artigo 78, XIV da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

18.1 - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

19.1 - Após a assinatura do Contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CONTRATANTE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do Contrato, na forma e no prazo determinado por este.

PARÁGRAFO ÚNICO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do Empenho, fundamento legal do ato e número do processo administrativo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade de Niterói - RJ, para dirimir qualquer litúgio decorrente do presente Contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Contrato, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Niterói, de de 2018.

.....
INSTITUTO VITAL BRAZIL
IDENTIF. DO REPRESENTANTE

.....
INSTITUTO VITAL BRAZIL
IDENTIF. DO REPRESENTANTE

.....
IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

.....
TESTEMUNHA

.....
TESTEMUNHA

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

Anexo VIII - Decreto Estadual nº 43.181/2011**DECRETO Nº 43.181 DE 08 DE SETEMBRO DE 2011**

**DISPÕE SOBRE PAGAMENTOS DE BENS E
SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA
PRESTADOS AO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, tendo em vista o que consta no Processo nº E-04/7668/2011,

CONSIDERANDO:

- o Contrato de Prestação de Serviços celebrado em 20 de abril de 2010, entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A - Em liquidação;
- o Edital de Venda das Ações Ordinárias e Preferenciais de emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A - em Liquidação; e
- o despacho do Governador, publicado no Diário Oficial, em 26 de maio de 2011, homologando e adjudicando o objeto licitado ao Banco Bradesco S/A.

DECRETA:

Art. 1º - Os pagamentos de bens e serviços de qualquer natureza prestados aos Órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica ou Fundacional, do Poder Executivo, a partir do dia 02 de janeiro de 2012, serão realizados, exclusivamente, na instituição bancária denominada Banco Bradesco S/A.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

Art. 2º - Os fornecedores de bens e serviços não correntistas do Banco Bradesco S/A deverão providenciar a abertura de conta de depósito à vista na agência de sua preferência, comunicando ao Estado o seu número para o devido registro.

Parágrafo Único - Após a abertura da conta que trata o *caput* deste artigo, os fornecedores deverão formular solicitação, à Unidade Gestora Contratante, de alteração de domicílio bancário no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 08 de setembro de 2011.

SÉRGIO CABRAL

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

Anexo IX - Resolução Conjunta SEFAZ/CASA CIVIL nº 130/2011**RESOLUÇÃO CONJUNTA SEFAZ/CASA CIVIL****Nº 130 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011**

**ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA OS
PAGAMENTOS DE BENS E SERVIÇOS DE
QUALQUER NATUREZA PRESTADOS AO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO, A PARTIR DE 1º
DE JANEIRO DE 2012.**

OS SECRETÁRIOS DE ESTADO DE FAZENDA E DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, tendo em vista o que consta no Processo nº E-04/012.683/2011,

CONSIDERANDO:

- o Contrato de Prestação de Serviços celebrado em 20 de abril de 2010, entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A - Em liquidação;
- o Edital de Venda das Ações Ordinárias e Preferenciais de emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A - em Liquidação;
- o despacho do Governador, publicado no Diário Oficial, em 26 de maio de 2011, homologando e adjudicando o objeto licitado ao Banco Bradesco S/A, que passará a ser o Banco Oficial do Estado;
- o Decreto nº 43.181, de 08 de setembro de 2011, que dispôs sobre pagamentos de Bens e Serviços de qualquer natureza prestados ao Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;
- e
- a necessidade de se fixarem diretrizes claras e seguras para cumprimento do citado Decreto,

RESOLVEM:

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

Art. 1º - Todos os fornecedores da Administração Direta e Entidades da Administração Indireta do Estado do Rio de Janeiro, compreendendo as Autarquias e Fundações, contratados a partir de 1º de janeiro de 2012, deverão, obrigatoriamente, abrir conta corrente para recebimento de crédito à vista no Banco Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Fornecedores com contratos firmados anteriores à data especificada no Artigo 1º poderão permanecer com seu domicílio bancário desde que enquadrados nas seguintes situações:

I - Fornecedores cuja vigência de contrato se encerre até 31/12/2011 e cujos pagamentos sejam inscritos em restos a pagar; e

II - Fornecedores cuja vigência de contrato se encerre até 31/01/2012.

Parágrafo Único - Os fornecedores com créditos inscritos em restos a pagar, conforme disposto no inciso I, poderão optar pelo seu recebimento em conta corrente no novo Banco Oficial do Estado.

Art. 3º - Fornecedores com contratos firmados anteriores à data especificada no Artigo 1º e cuja vigência será posterior a 31/01/2012 deverão obrigatoriamente abrir conta corrente para recebimento de crédito à vista no Banco Oficial do Estado do Rio de Janeiro, tendo prazo-limite de 31/01/2012.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 2011

RENATO VILLELA

Secretário de Estado de Fazenda

REGIS FICHTNER

Secretário de Estado da Casa Civil

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000207/2016

Data: 25/05/2016

Fls.:

Rubrica: _____

ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Instituto Vital Brazil

Anexo X – Modelo de Declaração para Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Empresário Individual e Cooperativas enquadradas no artigo 34, da lei nº 11.488, de 2007.

Niterói,dede 2018.

À Comissão de Pregão

A/c Sr. Juarez Pacheco Tavares Júnior - Pregoeiro

Ref.: **Pregão Eletrônico nº 08/2018.**

(Entidade), inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, **DECLARA** que é microempresa, empresa de pequeno porte, empresário individual ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, cumprindo, assim, os requisitos legais para tal qualificação, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, e que não possui quaisquer dos impedimentos da referida norma, estando apta a exercer o direito de tratamento privilegiado na forma prevista pela legislação em vigor.

ENTIDADE

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is)) CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)